

A INSERÇÃO DAS MULHERES NO CONTEXTO CIENTÍFICO: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

Michelle Costa Ramos Fonseca

Mestre em Psicologia da Saúde
Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1880031519275233>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3770-5229>
E-mail: michelle-psi18@hotmail.com

Estela Douvletis

Mestre em Psicologia da Saúde
Universidade Cidade São Paulo (UNICID)
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8328265919912632>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5263-8829>
E-mail: ftestela@hotmail.com

Luan Junior Soares

Graduando em Psicologia
Faculdade Anhanguera
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1203906441668231>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-1660-6851>
E-mail: luanjr08@gmail.com

Carlos de Sousa Filho

Doutorando em Psicologia Social e do Trabalho
Universidade de São Paulo (USP)
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3311652191255413>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9075-3273>
E-mail: csfilho@usp.br

Miria Benincasa

Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano
Universidade Católica de Santos (UNISANTOS)
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1600352232046792>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1034-6999>
E-mail: miria.benincasa@gmail.com

Cristiano de Jesus Andrade

Doutor em Psicologia da Saúde
Universidade Ibirapuera (UNIB)
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4545996046906191>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7980-7207>
E-mail: cristianoandradepsico@gmail.com

Artigo de Revisão

Recebido em: 21 de Setembro de 2023

Aceito em: 23 de Dezembro de 2023

RESUMO

Ainda de maneira incipiente, as mulheres vem ocupando lugares como trabalhadoras no contexto científico, sendo reconhecidas como contribuintes para o avanço da área. No entanto, assim como em qualquer outra profissão predominantemente masculina, no meio científico também se deparam com diversas barreiras a superar. Assim, o objetivo deste artigo é analisar o lugar ocupado por mulheres na ciência, bem como compreender os principais desafios que experimentam e as formas de enfrentamento que utilizam para superá-los. Para tanto, como método valeu-se da revisão narrativa da literatura, abarcando artigos nacionais e internacionais publicados predominantemente nos últimos cinco anos. Contudo, para ampliar a análise, trabalhos de autores(as) compreendidos como clássicos também foram adotados. Diante da análise das publicações, pode-se identificar alguns fatores, como: uma baixa participação de mulheres cientistas em cargos de liderança; desigualdades ainda mais acentuadas quando são considerados os fatores étnico-raciais como elementos interseccionais que marcam as relações de poder da sociedade; sobrecarga ao tentar manejar as atividades doméstica, família e a ciência, principalmente frente ao teletrabalho; um sentimento de culpa ao se dedicarem à carreira científica; inversamente a esse sofrimento, assinalou-se a rede de apoio como fundamental para a redução da sobrecarga. Desse modo, compreende-se que os movimentos feministas foram e são de suma importância para a inserção das mulheres em contextos tradicionalmente ocupado pelos homens, principalmente no âmbito da carreira científica, haja vista as desigualdades interseccionais que ainda são perpetradas. Contudo, devem-se realizar novos estudos para que se possam aprofundar as intersecções classe, raça e gênero.

Palavras-chave: Mulheres nas ciências. Feminismo. Maternidade e trabalho.

THE INSERTION OF WOMEN IN THE SCIENTIFIC CONTEXT: A NARRATIVE REVIEW OF THE LITERATURE

ABSTRACT

Even in an incipient way, women have been occupying positions as workers in the scientific context, being recognized as contributors to the advancement of the area. However, as in any other predominantly male profession, the scientific community also faces several barriers to overcome. Thus, the objective of this article is to analyze the place occupied by women in science, as well as to understand the main challenges they experience and the ways of coping they use to overcome them. Therefore, as a method, a narrative review of the literature was used, covering national and international articles published predominantly in the last five years. However, to expand the analysis, works by authors understood as classics were also adopted. In view of the analysis of the publications, some factors can be identified, such as: a low participation of women scientists in leadership positions; even more accentuated inequalities when ethnic-racial factors are considered as intersectional elements that mark society's power relations; overload when trying to manage domestic activities, family and science, especially in front of the home office; a feeling of guilt when dedicating themselves to a scientific career; inversely to this suffering, the support network was identified as essential for reducing the overload. Thus, it is understood that the feminist movements were and are of paramount importance for the insertion of women in contexts traditionally occupied

by men, mainly in the scientific career scope, given the intersectional inequalities that are still perpetrated. However, further studies must be carried out so that the intersections of class, race and gender can be deepened.

Keywords: Women in science. Feminism. Motherhood and work.

INTRODUÇÃO

A introdução da mulher na carreira científica não poderia ser diferente das construções das performances de gênero ao longo da história, Loch, Torres e Costa (2021) observam que desde muito cedo meninos e meninas são designados a ocuparem lugares que são considerados condizentes com o seu sexo. Desse modo, as crianças do sexo feminino são encorajadas a desenvolverem capacidade subjetivas, enquanto os meninos são estimulados a desenvolverem a objetividade (Carvalho; Sobreira, 2008).

Tais disparidades sexistas refletem no momento da escolha profissional, o que acaba por implicar diretamente na vida da mulher. Uma vez que esta é vista e nomeada como o segundo sexo, em outras palavras, oriunda da provisão e decisão dos homens sobre seus corpos. Assim, frequentemente a mulher é desencorajada a encaminhar-se para as ciências (Carvalho; Sobreira, 2008). Uma vez que este é um lugar historicamente ocupado por homens. A ideia da mulher inserida na ciência foi malquista desde os primórdios, dado que vai contra a lógica religiosa de que a mulher deve ser mãe, esposa e do lar (Derossi; Freitas-Reis, 2019).

Tosi (1998) explana que a grande caça às bruxas no século XV qualificava a mulher sábia como detentora de forças demoníacas, uma vez que se acreditava que a inteligência da mulher para estas questões só poderia ter explicação no seu pacto com o maligno. Portanto, as mulheres que praticavam conhecimentos empíricos, como os saberes acerca das ervas medicinais e cosmetologia, eram criminalizadas pela bruxaria.

No final do século XVIII havia uma grande corrente de pensamento da medicina que afirmava que o destino de toda mulher é o papel de mãe e esposa, desta maneira, qualquer extravio deste caminho era despersuadido. Assim sendo, por muitos anos os estudos liberados para as mulheres consistiam apenas na leitura, escrita e economia doméstica (Tosi, 1998).

A renomada cientista polonesa Marie Curie (1867-1934), mais conhecida como madame Curie, revolucionou o mundo da ciência com a descoberta dos elementos rádio

e polônio, no entanto, enfrentou diversas designações sexistas por ser mulher e cientista (Derossi; Freitas-Reis, 2019). Um dos episódios sexistas vividos por madame Curie foi com a indicação do prêmio Nobel de 1903 pela descoberta da radioatividade, em que houve a pretensão de eliminá-la da premiação e concedê-la apenas ao seu marido Pierre Curie e Antonie Becquerel. Madame Curie era associada como ajudante do seu marido pela imprensa, sendo desta maneira desmerecida em relação às suas descobertas pelo fato de ser mulher.

Tosi (1998) aponta que as mulheres nos primórdios da ciência moderna atuavam nos bastidores das pesquisas, pois o prestígio e o reconhecimento quase nunca eram concedidos às mesmas, deste modo, as mulheres eram relegadas à posição de assistentes.

A humanidade foi edificada a partir da ideia de dualismos sexualizados, isto é, o feminino/masculino ou o positivo/negativo. Assim sendo, tal dicotomização sempre priorizou o masculino como instância primordial e positiva, seguido do ser feminino como algo secundário e negativo (Antloga et al., 2020; Oka, Laurenti, 2018). A ciência não fica imune a esta noção binária do social, dado que mesmo sendo esta, um lugar de desconstruções devido as inovações que traz. É também constituída por sujeitos que estão inseridos numa sociedade em um determinado período histórico (Silva; Ribeiro, 2014).

Em vista disso, nota-se que a figura masculina sempre foi associada como um modelo a ser seguido nos diversos contextos existenciais, portanto, a mulher ocupar o lugar de cientista sempre representou um desafio, devido ao imaginário social da mulher estar socialmente posto como secundário, dependente e incapaz. Assim como destaca Silva e Ribeiro (2014, p. 452), “Na ciência, a mulher é esse “outro”, já que, desde o nascimento da ciência moderna, o sujeito do conhecimento tem sido o homem e, portanto, as características e habilidades necessárias e valorizadas para fazer ciência são as ditas masculinas”.

Em vista disto, pode-se refletir que para a mulher ser cientista sempre implicou ocupar um *locus* de resistência, uma vez que, há o tabu de que a mulher é desprovida de capacidades intelectuais para além da esfera reprodutiva.

Objetivo

Frente ao exposto, o estudo tem por objetivo discutir sobre os desafios experimentados por mulheres frente a introdução no mundo das ciências, assim como,

descrever a importância das ondas do feminismo para a ocupação de mulheres de contextos predominantemente masculinos.

METODOLOGIA

Buscando atender o objetivo pretendido, para a realização deste trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica, a qual configura-se como um procedimento metodológico que oferece ao pesquisador uma possibilidade na busca de soluções para seu problema de pesquisa, por intermédio de produções científicas veiculadas em meios diversos (Gil, 2017). Para tanto, parte da necessidade de exposição do método científico escolhido pelo pesquisador; expõe as formas de construção do desenho metodológico e a escolha dos procedimentos e demonstra como se configura a apresentação e análise dos dados obtidos.

Conforme o autor na pesquisa bibliográfica, há uma escolha do tema a ser pesquisado, levantamento bibliográfico preliminar que consistiu em uma primeira busca na literatura científica acerca da temática. Realizada a busca, foi delineado o problema de pesquisa e o plano provisório do assunto, esquematizando as vias que foram abordadas dentro da temática central.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados constituíram-se de artigos e capítulos de livros relacionados ao tema proposto.

Procedimento de Coleta de Dados

Os textos foram selecionados por meio de buscas nas bases digitais *Scielo*, *Pepsic* e *Bireme*, a partir dos descritores: Mulheres nas ciências, divisão sociosexual do trabalho, gênero e trabalho. Além disso, foi realizada uma procura em livros pertinentes à área em questão. Com base na leitura dos títulos e resumos, os textos foram selecionados.

Procedimento de Análise de Dados

Os textos utilizados para a discussão foram analisados com base nos passos propostos por Gil (2017). Para construir essa etapa, partiu-se da caracterização do objeto

de estudo usando as publicações que, classificadas como lentes, não foram utilizadas na ilustração dos conceitos dados, no momento da análise explicativa das soluções, mas que trazem elementos de análises importantes para a compreensão do objeto de estudo proposto. Tal caracterização do objeto aconteceu por meio de um fichamento do que era mais pertinente em relação ao problema de pesquisa, ou seja, de que forma a construção social de gênero implica na introdução da mulher no mundo das ciências? A partir desse fichamento, buscou-se organizar logicamente o assunto para a redação do texto. Vale ressaltar que, essas publicações, juntamente com o referencial teórico construído para o estudo, compõem a base de sustentação da reflexão que o pesquisador deve apresentar.

Para a etapa de análise, foram utilizados textos e capítulos de livros publicados prioritariamente sobre a temática. No entanto, para fins de complementariedade, também são apresentadas obras textuais de autores que hoje são compreendidos como clássicos da temática em questão, a partir dos quais foi elaborada a discussão e a conclusão, tendo em vista as convergências dos pensamentos dos autores. É necessário dizer que não foram encontradas divergências entre os textos, salvo maneiras diferentes de modos de expressão de cada um.

Buscando favorecer uma melhor compreensão por parte dos leitores, para fins didáticos, os resultados serão apresentados em três partes. Inicialmente, será apresentada a problemática das ondas iniciais do feminismo, em seguida, uma discussão sobre a divisão sexual das coisas e do trabalho buscando compreender que impacto gera em sua execução por parte de homens e mulheres. Posteriormente, tal divisão será problematizada, bem como relacionadas as nuances vividas por homens no mundo do trabalho e as implicações que esta gera nas formas de atuação da carreira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A metáfora das ondas iniciais do feminismo

A inserção das mulheres em contextos predominantemente masculinos se solidificou com a luta dos movimentos feministas e vale salientar que o mundo do trabalho sempre ocupou a pauta de tais mobilizações, uma vez que pertencer a este lugar significa a inserção da mulher na esfera pública (Bourdieu, 2002). Assim como aponta Macêdo (2020), a realização do trabalho remunerado reverbera na identidade feminina, pois é atribuído um status social positivo. Ao longo da história as mulheres

experienciaram a desigualdade de gênero em diversos contextos da vida, e no âmbito do trabalho não seria diferente (Antloga et al., 2020; Bourdieu, 2002). Assim, a integração da mulher no mundo do trabalho tem conexão com a sua autoafirmação diante da sociedade.

Entretanto, é interessante salientar que as ondas iniciais do feminismo contemplavam a pauta das mulheres brancas de classe média, o que faz refletir que para as mulheres que não se enquadravam neste status racial e socioeconômico integrar-se no mundo das ciências era algo ainda distante de ser alcançado.

O termo “onda” como uma metáfora ou figura de linguagem é utilizada para comparar os momentos de mobilização feminista, o fluxo e refluxo das atuações das mulheres, reivindicando os direitos e questionando saberes. A metáfora das ondas tornou-se uma forma de descrever e distinguir o “ponto alto” ou de maior força de certas lutas, pautas ou momentos históricos específicos do feminismo a partir do século XIX.

Portanto, a metáfora das ondas consolida-se como uma forma de nomear os momentos de mobilização feminista na luta por igualdades de direitos. Inicialmente, as narrativas sobre as ondas favoreceram a ação das feministas brancas da classe média estadunidense e ativistas brancas inglesas e francesas (Zirbel, 2021). O discurso destes movimentos é passível de ser contestado, uma vez que ocultam a forte atuação das mulheres da classe operária e das mulheres negras – para dar apenas dois exemplos – dentro e fora dos limites fronteiriços desses países (Hooks, 2015). Sem esse movimento, as ondas não teriam sido realmente ondas, pois não haveria força suficiente para fazer a pressão necessária às mudanças que reivindicavam.

Portanto, assim como as ondas do mar são formadas a partir de uma série de fenômenos, pode-se pensar as ondas feministas de forma mais orgânica, e não como algo que aparece de repente na realidade social e desaparece depois de um tempo. Pode-se vislumbrá-las de maneira mais contínua, geradas pela ação de milhares de mulheres, de diferentes locais, etnias, gerações e visões de mundo (Barros, 2018).

Um estudo mais amplo das lutas feministas pelo mundo e ao longo do tempo revela que mulheres de diversas etnias e classes, de diferentes gerações, nacionalidades, orientação sexual, constituição física e etc. permaneceram em diálogo umas com as outras ao longo dos séculos, embora nem sempre tenham articulado o mesmo conjunto de prioridades ou concordado entre si (Molony; Nelson, 2017). Além disso, uma variedade

de perspectivas marcou e marca o que hoje se nomeia por feminismo, uma vez que suas protagonistas se enfrentaram com formas de opressão e marginalização diferenciadas (Garcia, 2018).

Nenhuma onda se formou por um único ponto de vista ou pela ação de um único grupo, embora em algum momento, grupos de mulheres tenham decidido trabalhar juntos para fortalecer sua articulação e busca por seus direitos.

O que hoje se conhece como primeira onda feminista foi se formando aos poucos em muitos países da Europa e das Américas, assim como da Austrália, Nova Zelândia, Rússia, Bulgária, Ucrânia, Hungria, Tchecoslováquia, dentre outros. Tal movimentação sócio-política constituiu-se como um processo intenso de lutas, materializadas em associações de mulheres, panfletagens, publicações em jornais, manifestações, greves, congressos, passeatas (Zirbel, 2021). Os temas de discussão e as reivindicações das feministas eram bastante diversos e diziam respeito à autodeterminação sexual, ao acesso as profissões e melhorias das condições de trabalho assalariado, ao acesso à educação formal e a um currículo escolar que não fosse às atividades domésticas, à reforma do direito matrimonial (que subjugava as esposas aos maridos, permite a expropriação dos bens das mulheres pelos esposos e um tratamento desigual diante do adultério, impossibilitava o divórcio etc.). Muitas feministas também estiveram envolvidas em outros movimentos sociais defendendo causas socialistas ou liberais, anarquistas, religiosas, higienistas, pacifistas, antiescravistas etc. (Bard, Chaperon, 2017; Briatte, 2020; Offen, 1988; Rochefort, 2018).

É comumente afirmado que as protagonistas da primeira onda eram mulheres de classe média. Porém, nas grandes manifestações que deram visibilidade a essa onda, a maioria dos manifestantes era da classe trabalhadora, lutando contra as duras condições de vida e trabalho a que eram submetidas. Em comum, partilhavam com as feministas de outras classes a esperança de que, uma vez obtido o direito de votar e o acesso aos lugares de decisão política, seria possível alterar as leis e instituições que as exploravam e oprimiam como mulheres e como trabalhadoras (Zirbel, 2021).

Portanto, é fundamental compreender que os primórdios dos movimentos feministas carregavam o discurso de mulheres relativamente privilegiadas. O acesso à educação era uma das pautas destes movimentos, o que provoca a pensar sobre o lugar das mulheres pretas neste contexto. Segundo o Censo da Educação Superior de 2016 as

mulheres pretas representam 0,4% das doutoras inseridas no corpo docente de programas de pós-graduação no Brasil (Brasil, 2018). Estes números convocam a pensar sobre como é ser mulher (grupo visto ainda como minoritário) e desenvolver funções como cientista. Como são vistas? Que atribuições cumprem? Que desafios experimentam? E como buscam superá-los?

Em meio a estas inquietações, buscando trazer algumas respostas, a temática será discutida sequencialmente.

Ser mulher e cientista na contemporaneidade

Antes de adentrar na discussão sobre as adversidades em ser mulher e cientista na atualidade, é válido compreender a visão contemporânea diante da disparidade de gênero. A igualdade de gênero e a autodeterminação das mulheres é um compromisso da Organização das Nações Unidas (ONU), adotado por 189 países signatários que entendem a igualdade como um fator chave tanto para aumentar a influência das mulheres dentre outros campos, na saúde e na educação (Canastra, 2014). Essas nações têm trabalhado juntas para promover o conceito de “empoderamento” das mulheres, o que significa desenvolver seu potencial para que todos possam buscar apoio e respostas do Estado e da sociedade às suas vontades, participar de espaços públicos e contribuir para processos “decisórios políticos, sociais e econômicos”. Portanto, claramente, os direitos das mulheres são direitos humanos.

No entanto, deve-se notar que o que foi acordado está longe de ser implementado na prática. Segundo Epstein (2007), a maior divisão social que caracteriza o mundo atual é a de gênero. As barreiras que as mulheres enfrentam são descritas de duas maneiras: segregação horizontal e segregação vertical (Olinto, 2011).

Na segregação horizontal as mulheres têm as suas decisões fortemente atravessadas por influências da família, da escola, sendo conduzidas a escolher caminhos diferentes dos homens e a partir dessa segregação, as escolhas como por exemplo, as profissionais passam a ser amplamente delimitadas pelo fator gênero (Zirbel, 2021). O segundo tipo de segregação, chamado de segregação vertical, inclui um mecanismo social chamado de “teto de vidro”, por meio do qual, as mulheres não conseguiriam alcançar padrões elevados no mundo do trabalho (Lima, 2013). Tal metáfora foi utilizada para simbolizar por intermédio da transparência do vidro, a ausência de regras formais que

impeçam as mulheres de galgar lugares de poder, porém a posição do teto simboliza que há algo que se interpõe socialmente entre a mulher e a ascensão na sua carreira.

Em geral, a maioria das áreas que dão mais poder, mais prestígio e maior valor social são ocupadas por homens, que são conhecidos por terem salários mais elevados (Barros; Mourão, 2018). De acordo com uma pesquisa divulgada no encontro *Gender Summit*, as mulheres cientistas ocupam somente 2% dos cargos de liderança na América Latina (Maciel, 2021). Isso quer dizer que, por mais que haja uma ascensão do feminino nas ciências nos últimos anos, as mulheres continuam ocupando cargos com uma menor notoriedade.

Segundo o Instituto de Pesquisas e Economia Aplicada (IPEA, 2014), a renda das mulheres brancas em 2009 (no Brasil) era 55% daquelas que recebiam os homens brancos; por outro lado, a renda média de 4.444 mulheres negras representava apenas 30,5% da renda que recebiam 4.444 homens brancos. Essa informação demonstra que a presença das mulheres no mundo do trabalho, bem como o modo como são remuneradas, ainda estão longe da igualdade salarial.

Contudo, tal disparidade pode ser explicada pelo contexto formativo, já que as mulheres estão quase sempre matriculadas nos cursos de Ciências Sociais, Humanas e Saúde, e os homens, quase exclusivamente, nos cursos de Ciências Exatas e Tecnologias, aqueles com prestígio social e altos salários.

Coimbra e Fontaine (2010) mostram que as meninas, embora tenham bom desempenho nas disciplinas das ciências exatas tendem a se destacar em disciplinas que conduzem a profissões menos prestigiadas, como as da educação. Já os meninos tendem a fazer disciplinas acadêmicas diretamente ou não, nas ciências e tecnologia, carreiras que são melhores remuneradas (Fávero, 2010).

Neste meandro, a interseccionalidade surge como uma proposta teórico-metodológica para compreender as relações sociais de poder e os contextos em que se produzem as desigualdades sociais entre mulheres e homens, considerando as diferentes classificações sociais historicamente situadas (Crenshaw, 2002; Magliano, 2015; Oka, Laurenti, 2018; Piscitelli, 2008).

Influenciada por este contexto, Kimberlé Crenshaw salientou o conceito de interseccionalidade com o objetivo de problematizar a concepção de gênero como uma dimensão entre outras no complexo das relações sociais e políticas (Crenshaw, 2002).

Embora as mulheres estejam sujeitas a discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores associados a identidades sociais (como raça, classe, etnia, religião, idade) são fatores que fazem a diferença na maneira pela qual vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação (Machado; Costa; Dutra, 2018). Assim sendo, ser mulher já é um fator interseccional frente a análise das segregações.

Casagrande et al. (2004) lista algumas pesquisadoras, principalmente na área de ciências naturais e matemática, que são consideradas pioneiras e foram negligenciadas no mundo científico pelo fato de serem mulheres. A primeira delas, Hipátia de Alexandria (370-415), ou seja, na Grécia antiga produzia conhecimento em vários campos, como era costume na época, filosofia, astronomia, mecânica e matemática.

Outra mulher mencionada por Casagrande et al. (2004) é Madame du Châtelet (1706-1749), que viveu na França, mas era igualmente discriminada em relação às outras mulheres. Ela trabalhou com Voltaire nos *Éléments de la Philosophie* de Newton, que reconheceu sua autoria apenas ao rei, mas não publicamente, o que a manteve invisível. Ela fez uma tradução francesa da obra mais importante de Newton, *Principia Mathematica*, que ainda é considerada a tradução francesa padrão dessa obra (Schiebinger, 2001).

Outra pioneira do conhecimento no campo da matemática (física, química, geografia, história, psicologia e filosofia) foi Sophie Germain (1776-1831), que viveu na França durante a Revolução Francesa e sofreu forte oposição de sua família para desenvolver seu estudo. O conhecimento científico naquela época não era dividido em diferentes áreas do conhecimento como é hoje, o que dificultava uma abordagem interdisciplinar no ambiente acadêmico (Casagrande et al., 2004).

Marie Curie como já mencionada, é, sem dúvida, o caso mais marcante, sendo a primeira mulher graduada em Física pela Sorbonne e a primeira a lecionar naquela universidade (Casagrande et al., 2004). Um ano depois também se formou em Matemática. Após a morte de Pierre, seu esposo, Marie continuou pesquisando incessantemente, provando à comunidade científica seu valor e sua capacidade.

Na atualidade as mulheres cientistas continuam enfrentando barreiras, de acordo com um levantamento realizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2016), no qual descreveu a demografia da base técnico-científica brasileira de mestres e doutores dos anos de 1996 a 2014, as mulheres representam 54% dos doutores no Brasil,

representando um aumento de 10%. Ainda segundo a mesma pesquisa, no ano de 2014, 49,4% dos doutores empregados em entidades estatais e privadas eram mulheres, e 52,4% em relação ao título de mestre.

Em um primeiro momento fica nítido o aumento expressivo das mulheres nas ciências, porém, quando introduzida a questão de gênero para analisar a ocupação de posições de liderança, percebe-se lacunas entre os dados, assim como mostra o levantamento de 2017, de que apenas 14% da Academia Brasileira de Ciências são compostas por mulheres (Valentova et al., 2017).

Em relação ao percentual de produções, entre os anos de 2011 e 2015, 49% das publicações científicas brasileiras foram desenvolvidas por mulheres (Elsevier, 2017). Diante dessa realidade, pode-se pressupor que apesar das mulheres publicarem tanto quanto os homens, as mesmas ainda ocupam cargos de menor notoriedade na carreira acadêmica.

Uma variável importante de ser considerada como um desafio na carreira científica das mulheres é a maternidade, uma vez que exerce forte influência sobre a sustentação das mesmas diante da conciliação entre os cuidados com os filhos e os investimentos na profissão, assunto que será tratado a seguir.

Os atravessamentos entre o ser mãe e cientista

Na atualidade, mais que nunca, faz-se necessário refletir sobre o impacto da maternidade na vida profissional das mulheres. Uma vez que tornar-se mãe faz com que todas as trabalhadoras tenham de (re)pensar suas carreiras, bem como os modos como poderão nestas investirem (Andrade, Souza, Benincasa, 2020; Garcia, Viecili, 2018). Complementando, Arrais e Araújo (2016), ainda que conhecimentos biomédicos e tecnológicos sejam usualmente empregados ao longo da experiência da maternidade, as vivências desencadeadas desde a concepção até os meses subsequentes ao parto revestem-se de intensos e contraditórios afetos sustentados por crenças pessoais, familiares, sociais e culturais.

Isso porque, estar grávida é uma experiência única que leva a mulher a vivenciar adaptações significativas a nível físico, psíquico, social e emocional, que para cada uma das puérperas têm diferentes sentidos e implicações no bem-estar materno (Alderdice; Macneill; Lynn, 2013). Em conseguinte, tal experiência ainda implica na aprendizagem

de tarefas relacionadas com o exercício da maternidade e que requer a aquisição de saberes e competências associadas ao cuidado da criança, que podem trazer grande ambivalência de emoções e interferência no bem-estar materno (Guerra et al., 2014).

O pós-parto é um tempo de ajustamento psicológico e de adaptação ao desempenho do novo papel. Nesse período, ocorrem alterações hormonais bruscas e significativas às quais acresce o cansaço decorrente do processo de parturição (Guerra et al., 2014). No entanto, torna-se relevante salientar que ao longo da gestação a mulher vivencia níveis elevados de ansiedade relacionados com preocupações sobre o bem-estar do feto e com o do seu próprio bem-estar (Alderdice, Macneill, Lynn, 2013; Andrade, Baccelli, Benincasa, 2017).

Os desconfortos associados às adaptações fisiológicas da gravidez comportam problemas de saúde em nível do bem-estar físico e psicológico da mulher. A prevalência e incidência destes sintomas podem implicar que, em algumas mulheres, estes problemas podem afetar a sua qualidade de vida e ter um efeito negativo na sua relação com a criança, parceiro e outros membros da família (Schmied et al., 2013).

Na contemporaneidade as mulheres ainda enfrentam adversidades frente a consolidação de suas carreiras nas ciências, quando relacionadas a vida pessoal. Santos (2016) aponta que a sobrecarga de cuidado com as tarefas domésticas e a família ainda são direcionados a mulher de forma desproporcional quando se compara com o homem, isto repercute na inserção e consolidação das mulheres no contexto científico.

Santos (2016) ainda versa sobre as “mulheres “infieis” nas ciências, justificando que o tempo dedicado à carreira científica representaria o tempo negado para a família. Em vista disto, pode-se pensar acerca do sentimento de culpa que as mulheres/mães trabalhadoras podem vir a experimentar.

Em meio a divisão sexual do trabalho historicamente presente na sociedade, o ingresso da mulher no mercado de trabalho representa uma grande conquista, haja vista o preconceito que as mulheres ainda enfrentam, assim como, a preferência por muitos empregadores pela contratação de homens (Siqueira; Samparo, 2017). Ao mesmo tempo, tal luta e conquista no mundo do trabalho não sugere a busca por uma equiparação entre o ser homem e o ser mulher enquanto trabalhador, pois deve-se considerar a dupla, quando não tripla jornada já atribuída socialmente à mulher. Dessa maneira, ser mãe,

trabalhadora e bem-sucedida requer um grande esforço da mulher, e o convívio com a culpa diante da conciliação maternidade e vida profissional.

Consonante a problemática da maternidade e o trabalho mencionada, há uma interiorização social envolto do que é ser mãe, assim o sentimento de culpa pode estar associado a impossibilidade de alcance deste ideal (Fabbro; Heloani, 2010). Em vista disto, é lícito refletir no tocante da edificação social da maternagem, e toda a sobrecarga que é direcionada a mulher quando se pensa que a mesma deve ser, por natureza, a principal cuidadora da prole.

Deste modo, a naturalização do cuidado da mulher reflete na organização das famílias, com a persistência de um modelo que pouco avançou no sentido de uma maior responsabilidade dos homens pelas atividades de cuidados domésticos/familiares (Ávila, 2016). Tal posicionamento se reflete, ainda, na organização do mercado de trabalho e nos processos de formulação de políticas públicas, fazendo com que muitas dessas políticas continuem baseadas na imagem tradicional da mulher como cuidadora principal, com total disponibilidade de tempo para encarregar-se das necessidades da família.

Ocupar este lugar significa conviver com uma maior sobrecarga de trabalho, segundo aponta a pesquisa realizada por Silva et al. (2019) com professoras do ensino superior, demonstrou que mesmo as mulheres que possuem uma rede de apoio ainda convivem com o maior direcionamento de sobrecarga de determinadas tarefas, principalmente em relação a educação dos filhos.

Diante disso, o fortalecimento da rede de apoio reflete na diminuição da sobrecarga direcionada para a mulher, no que tange o cuidado com a prole e as atividades domésticas. Segundo um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2019, cerca de 37,0% das mulheres exerciam algum tipo de cuidado de pessoas, enquanto os homens o percentual foi de 26,1% (IBGE, 2019).

Sob a compreensão dos desafios frente a carreira científica e à maternidade, a pesquisadora Fernanda Staniscuaski da Universidade Federal do Rio Grande do Sul inicia o movimento *Parent in Science* em 2016, com o intuito de prestar apoio às mães cientistas. Assim sendo, o movimento tem como missão “Mudar a forma como a parentalidade, mais especificamente, a maternidade é percebida na academia, e lutar por um ambiente científico mais igualitário, diverso e justo” (UFGRS, 2021). Desde então, o movimento tem provocado várias discussões e pesquisas sobre a relação entre a realidade

das mulheres cientistas, como por exemplo a sobrecarga que estas vivenciaram no período pandêmico, quando precisaram se adequar ao teletrabalho.

Aliás, o teletrabalho é descrito no artigo 75-B da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) como a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo (Brasil, 2017).

Os atravessamentos em virtude do teletrabalho, são ainda mais notórios ao se pensar na mulher que é mãe e trabalhadora. Assim como aponta Oliveira (2020), a pandemia suscitou implicações na produção de subjetividade do contexto familiar, principalmente em famílias que possuem crianças, pois o isolamento social submeteu o fechamento das escolas, na qual pode-se ressoar no aumento do estresse por parte dos cuidadores.

Portanto, muitas mulheres/mães cientistas se viram obrigadas a dividir o ambiente domiciliar com o teletrabalho. Nesse aspecto, ainda haveria no espaço doméstico um “lugar-dentro-de-outro-lugar”, isto é, existe uma invasão de espaços opostos, como a tríade trabalho, cuidado e tarefas domésticas (Oliveira, 2020).

Quanto ao compartilhamento de cuidados na família, o IBGE em um estudo realizado no ano de 2019, evidenciou que as mulheres empregam cerca de 20,4 horas semanais em atividades de cuidado, englobando as tarefas domésticas e o cuidado com outras pessoas, em contrapartida, os homens se dedicam em média 11,3 horas semanais frente as mesmas atribuições (IBGE, 2019). A partir destes dados, pode-se refletir sobre como as mulheres/mães cientistas lidam com a produtividade de suas pesquisas, diante dos outros espaços existenciais que invadem a vida acadêmica, principalmente em tempo de pandemia (Oliveira, 2020).

Neste contexto, para a mulher trabalhar em casa, exercer o cuidado com a família e ainda executar tarefas domésticas em tempo de pandemia, representou um grande risco à sua saúde mental. Todavia, é observado o esgotamento físico e mental de mulheres que até então se encontram no *lócus* da naturalização do cuidado e ainda exercem o trabalho remunerado. Destarte, o verniz enrustido sobre a expressão ‘mulher guerreira’, pode ser lido na verdade como ‘mulher cansada’.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pode ir ao encontro do seu objetivo por trazer a reflexão inerente a ser mulher e cientista, assim como evidenciar as adversidades em ocupar este lugar diante das construções de gênero. Nesse sentido, considera-se que os movimentos feministas foram e são de suma importância no tocante a inserção das mulheres em contextos tradicionalmente ocupados pelos homens, principalmente no âmbito da carreira científica. Entretanto, é válido ressaltar que tais movimentos traziam em seu bojo o discurso da mulher branca e de classe média, não incluindo a voz de outras mulheres que tinham demandas diferentes.

Deste modo, é necessário problematizar sobre o cruzamento das intersecções de opressões quando falamos da inserção da mulher no mundo das ciências, pois o acesso à educação que uma mulher branca detém não é o mesmo de uma mulher preta, cabendo neste contexto outra discussão em relação a lei de cotas raciais nas universidades, diga-se de passagem.

Outra variável considerável quando se pensa nas mulheres cientistas é a maternidade, como se notou, a solidificação da naturalização do cuidado da mulher corrobora para a sobrecarga mental e física das mesmas frente a conciliação da maternidade e trabalho. Em vista disto, a relação parentalidade e carreira tem peso diferente quando se compara com homens e mulheres.

Contudo, é necessário frisar a importância da discussão deste assunto, para que haja a desconstrução dos papéis naturalizados que a mulher ocupa.

Por fim, torna-se relevante pontuar que embora tenha cumprido com seu objetivo, a limitação deste estudo se concentra na questão que se trata de uma pesquisa de reflexão sobre a temática. Assim, deixa como convite que novos estudos de campo sejam realizados para ampliar os achados desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALDERDICE, F.; MACNEILL, J.; LYNN, F. A systematic review of systematic reviews of interventions to improve maternal mental health and well-being. *Midwifery*, v. 29, n. 4, p. 389-399, 2013. <https://doi.org/10.1016/j.midw.2012.05.010>.

ANDRADE, C. J.; BACCELLI, M.S.; BENINCASA, M. O vínculo mãe-bebê no período de puerpério: uma análise winnicottiana. **Vínculo**, v. 14, n. 1, p. 1-13, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=139452147004>.

ANDRADE, C. J.; SOUZA, F. C.; BENINCASA, M. Conciliação maternidade e trabalho na pandemia da Covid-19: o discurso de profissionais de saúde. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências - RIEC**, v. 3, n. 3, p. 1682-1702, 2020. <https://doi.org/10.1000/riec.v3i3.197>.

ANTLOGA, C. S. et al. Trabalho Feminino: Uma Revisão Sistemática da Literatura em Psicodinâmica do Trabalho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 36, n. spe, p. e36nspe2, 2020.

ARRAIS, A. R.; ARAÚJO, T. C. C. F. Pré-Natal psicológico: perspectivas para atuação do psicólogo em Saúde Materna no Brasil. **Revista da SBPH**, v. 19, n. 1, p. 103-116, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v19n1/v19n1a07.pdf>.

ÁVILA, M. B. O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H; LOMBARDI, M. R. (Orgs). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

BARD, C.; CHAPERON, S. **Dictionnaire des feminists: France, XVIIIe-XXIe siècles**. Paris: Presses Universitaires France, 2017.

BARROS, J. D. Igualdade e diferença: uma discussão conceitual mediada pelo contraponto das desigualdades. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. e230093, 2018. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230093>.

BARROS, S. C. V.; MOURÃO, L. PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR, NO MERCADO DE TRABALHO E NA SOCIEDADE. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. e174090, 2018. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30i174090>.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena. Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Decreto-lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.html.

BRASIL. **Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2016**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

BRIATTE, A. L. Féminismes et mouvements féministes en Europe. **Encyclopédie pour une histoire numérique de l'Europe, XIXe-XXIe siècles**, 2020. Disponível em: <https://ehne.fr/node/12314>. Acesso em: 04 abr. 2023.

CANASTRA, F. Relatório de Desenvolvimento Humano 2013. Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado. **Revista Eletrônica de Investigação e Desenvolvimento**, v. 2, 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013-resumo.pdf>.

CARVALHO, M. G.; SOBREIRA, J. L. Gênero nos cursos de engenharia de uma universidade tecnológica brasileira. **ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura**, v. 184,

n. 733, p. 889-904, 2008. Disponível em: <https://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/download/232/233/233>.

CGEE: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Mestres e Doutores 2015 - Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira**. CGEE [Internet], 2016. Disponível em: <https://www.cgee.org.br/web/rhcti/mestres-e-doutores-2015>.

COIMBRA, S.; FONTAINE, A. M. Será que sou capaz? Estudo diferencial de auto-eficácia com alunos do nono ano. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 11, n. 1, p. 5-22, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v11n1/v11n1a03.pdf>.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-189, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>.

CASAGRANDE, L. S, et al. A. Mulher e ciência: pioneiras em ciência da natureza. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 3-14. <https://doi.org/10.3895/cgt.v1n4.6141>.

DEROSSI, I. N.; FREITAS-REIS, I. Uma educadora científica do século XIX e algumas questões sexistas por ela enfrentadas: Marie Curie superando preconceitos de gênero. **Educación Química**, v. 30, n. 4, p. 89-97, 2019. https://doi.org/10.22201/fq.18708404e.2019.4.68526_

ELSEVIER. **Gênero no cenário de pesquisa global**. 2017. Disponível em: https://www.elsevier.com/_data/assets/pdf_file/0008/265661/ElsevierGenderReport_final_for-web.pdf.

EPSTEIN, C. F. Grandes divisões: as bases culturais, cognitivas e sociais da subordinação global das mulheres. **American Sociological Review**, v. 72, n. 1, p. 1-22, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25472445>.

FABBRO, M. R. C; HELOANI, J. R. M. Mulher, maternidade e trabalho acadêmico. **Investigación y Educación en Enfermería**, v. 28, n. 2, p. 176-186, 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-53072010000200004&lng=en&nrm=iso.

FÁVERO, M. H. Psicologia do gênero: psicobiografia, sociocultura e transformações. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 587-589, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200020>.

GARCIA, C. F.; VIECILI, J. Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 2, p. 271-280, 2018. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5541>.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade; 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas; 2017.

GUERRA, M. J., et al. Promoção da saúde mental na gravidez e no pós-parto. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, n. 1, p. 117-124, 2014. Disponível em:

https://ciencia.ucp.pt/ws/files/28726926/Promo_o_da_sa_de_mental_na_gravidez_e_no_p_s_parto.pdf.

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 193–210, jan. 2015. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mulheres dedicam mais horas aos afazeres domésticos e cuidado de pessoas, mesmo em situações ocupacionais iguais a dos homens**. Agência IBGE notícias, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24266-mulheres-dedicam-mais-horas-aos-afazeres-domesticos-e-cuidado-de-pessoas-mesmo-em-situacoes-ocupacionais-iguais-a-dos-homens>.

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento**. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3205>.

LIMA, B. S. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Rev Estud Fem [Internet]**, v. 21, n. 3, p. 883–903, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000300007>.

LOCH, R. M. B.; TORRES, K.B.V.; COSTA, C. R. Mulher, esposa e mãe na ciência e tecnologia. **Rev Estud Fem [Internet]**, v. 29, n. 1, 2021. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n161470>.

MACEDO, S. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 12, n. 2, p. 187-204, ago. 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912020000200012&lng=pt&nrm=iso.

MACIEL, C. **Pesquisadoras ocupam 2% de cargos de liderança em ciência e tecnologia: Dados estão em pesquisa divulgada no encontro Gender Summit**. São Paulo: Agência Brasil, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-09/pesquisadoras-ocupam-2-dos-cargos-lideranca-em-ciencia-e-tecnologia>.

MACHADO, D.; COSTA, M. L. W.; DUTRA, D. Outras epistemologias para os estudos de gênero: feminismos, interseccionalidade e divisão sexual do trabalho em debate a partir da América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 12, n. 3, p. 229-248, 2018. <https://doi.org/10.21057/repamv12n3.2018.30554>.

MAGLIANO, M. J. Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 691-712. <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p691>.

MOLONY, B.; NELSON, J. Women’s activism and “second wave” feminism. **London/New York: Bloomsbury**, 2017. <https://doi.org/10.5040/9781474250542>.

OKA, M.; LAURENTI, C. Entre sexo e gênero: um estudo bibliográfico-exploratório das ciências da saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 238–251, jan. 2018. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170524>

- OFFEN, K. Defining feminism: a comparative historical approach. **Signs**, v. 14, n. 1, p. 119-157, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3174664>.
- OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>.
- OLIVEIRA, M. L. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e trabalho remoto na Pandemia de COVID-19. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, p. 154-166, 2020. <https://doi.org/10.12957/tamoios.2020.50448>.
- PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274. <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>.
- ROCHEFORT, F. **Histoire mondiale des féminismes**. Paris: PUF, 2018.
- SANTOS, V. M. Uma "perspectiva parcial" sobre ser mulher, cientista e nordestina no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 3, p. 801-824, 2016. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p801>.
- SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Tradução de Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SCHMIED, V. et al. Maternal mental health in Australia and New Zealand: a review of longitudinal studies. **Women and Birth**, v. 26, n. 3, p. 167-178, 2013. <https://doi.org/10.1016/j.wombi.2013.02.006>.
- SILVA, F. F. DA.; RIBEIRO, P. R. C. Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher". **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. <https://doi.org/10.1590/1516-73132014000200012>.
- SILVA, M. A., et al. Conciliando maternidade e carreira profissional: percepções de professoras do Ensino Superior. **Revista Vianna Sapiens**, v. 10, n. 2, p. 1-27, 2019. <https://doi.org/10.31994/rvs.v10i2.586>.
- SIQUEIRA, D. P.; SAMPARO, A. J. F. Os direitos da mulher no mercado de trabalho: da discriminação de gênero à luta pela igualdade. **RDD [Internet]**, v. 26, n. 48, p. 287-325, 2017. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/7233>.
- TOSI, L. Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. **Cadernos Pagu**, n. 10, p. 369-397, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4786705>.
- VALENTOVA, J. V, et al. Underrepresentation of women in the senior levels of Brazilian science. **PeerJ**, n. 5, p. 1-20, 2017. <https://doi.org/10.7717/peerj.4000>.
- UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Parent in Science recebe Prêmio Nature Para Mulheres Inspiradoras na Ciência**. Pró-Reitoria de Extensão, 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prorext/parent-in-science-recebe-premio-nature-para-mulheres-inspiradoras-na-ciencia/>.

ZIRBEL, I. Ondas do feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas**, p. 10-31, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo>.

COMO CITAR

FONSECA, Michelle Costa.; DOUVLETIS, Estela.; SOARES, Luan Junior.; SOUSA FILHO, Carlos de.; BENINCASA, Miria.; ANDRADE, Cristiano de Jesus. A inserção das mulheres no contexto científico: uma revisão narrativa da literatura. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências – RIEC**, v.6, n.3, p. 472-492, 2023.